



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS
DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E
TRANSGÊNEROS**

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

31 DE AGOSTO E 1º DE SETEMBRO DE 2011

ATA

1 Às nove horas do trigésimo primeiro dia de agosto de dois mil e onze, no Edifício Sede da
2 Secretaria de Direitos Humanos, em Brasília/DF, reuniu-se o Conselho Nacional de Combate
3 e Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,
4 Transexuais e Transgêneros, em sua Primeira Reunião Extraordinária, sob a presidência do Sr.
5 Igo Martini. Estiveram Presentes: o Sr. Ramais de Castro Silveira, Presidente do Conselho
6 Nacional de Combate e Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays,
7 Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros e Secretário-Executivo da Secretaria de
8 Direitos Humanos da Presidência da República; o Sr. Carlos Alberto Monteiro Alves,
9 Representante da Central de Movimentos Populares/CMP; o Sr. Marcos de Abreu Freire,
10 Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT; o Sr. Marco Antônio Soares,
11 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE; a Sra. Ana
12 Gabriela Nascimento Sena, Representante do Ministério da Saúde/MS; a Sra. Priscila
13 Cavalcante, Representante do Ministério do Turismo/MTur; a Sra. Mariana Cirne,
14 Representante da Casa Civil da Presidência da República; a Sra. Anahi Guedes de Mello,
15 Representante da Associação Brasileira de Lésbicas/ABL; a Sra. Maria do Rosário de
16 Holanda Cunha Cardoso, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG; Sra.
17 Lohren Beauty, Representante do Grupo E-Jovem de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados;
18 Sr. Leandro Colling, Representante da Associação Brasileira de Estudos de
19 Homocultura/ABEH; Sra. Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos, Representante da
20 Articulação Nacional de Travestis e Transexuais/ANTRA; Sra. Keila Simpson, Representante
21 da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/ABGLT; Sr.
22 Vinícius Alves da Silva, Representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,
23 Bissexuais, Travestis e Transexuais/ABGLT; Sr. Julian Vicente Rodrigues, Representante da
24 Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais/ABGLT; Sra.
25 Nadine Borges, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de

26 Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Maria Berenice Dias, Representante da
27 Comissão Especial de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; o Sr.
28 Francisco Antônio de Souza Brito, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e
29 Combate à Fome/MDS; o Sr. Celso Francisco Tondin, Representante do Conselho Federal de
30 Psicologia/CFP; o Sr. Milton Santos, Representante da Rede Nacional de Negros e Negras
31 LGBT; a Sra. Janaína Barbosa de Oliveira, Representante da Rede Nacional de Negros e
32 Negras LGBT; a Sra. Elisabeth Saar de Freitas, Representante da Secretaria de Políticas para
33 as Mulheres/SPM; o Sr. Laudemar Aguiar, Secretário Nacional do Comitê Nacional da
34 Organização da Conferência Rio+20; o Sr. Fábio Meirelles Thardman de Castro,
35 Representante do Ministério da Educação/MEC; a Sra. Kátia Maria Barreto Souto,
36 Representante do Ministério da Saúde/MS; o Sr. Ivanildo Tarja Franzosi, Representante da
37 Casa Civil da Presidência da República; o Sr. José Carlos Bueno do Prado, Representante da
38 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE; o Sr. Gustavo Bernardes,
39 Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT da Secretaria de Direitos Humanos
40 da Presidência da República; o Sr. Bruno Monteiro, Diretor do Departamento de
41 Comunicação da SDH. **Secretariado Executivo:** o Sr. Igo Martini, Secretário-Executivo do
42 Conselho Nacional de Combate e Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays,
43 Bissexuais, Travestis e Transexuais/CNCD-LGBT; o Sr. Eduardo Santarelo, Assessor
44 Técnico do CNCD-LGBT; Sr. Guilherme Alves, Assessor Técnico do CNCD-LGBT. **Pauta:**
45 **1) Abertura do primeiro dia de sessão; 1.1) Abertura; 1.2) Apresentação do Anteprojeto do**
46 **Estatuto da Diversidade Sexual; 1.3) Informes da Mesa Diretora, das Conselheiras e dos**
47 **Conselheiros; 1.4) Aprovação da Pauta da 1ª Reunião Extraordinária; 2) Deliberações e**
48 **Apresentações da Comissão Organizadora da 2ª Conferência Nacional LGBT; 2.1) Informes**
49 **da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional LGBT e Coordenação da Comissão**
50 **Organizadora; 2.2) Texto Base; 2.3) Guia Orientador; 2.4) Plano de Comunicação e Mídia;**
51 **2.5) Mobilização e Participação das Conselheiras e dos Conselheiros nos Processos de**
52 **Organização das Etapas Livres, Municipais, Regionais e Estaduais; 2.6) Representações nas**
53 **Conferências Estaduais; 3) Deliberações e Apresentações do Conselho Nacional LGBT; 3.1)**
54 **Informes da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT da SDH/PR; 3.2) Edital**
55 **de Chamada Pública nº 01/2011; 3.3) Apresentação da Ouvidoria Nacional dos Direitos**
56 **Humanos da SDH/PR – Disque Direitos Humanos – Módulo LGBT; 3.4) Apresentação da**
57 **Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos da SDH/PR – Texto Preliminar de**
58 **Orientação e Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos; 3.5) Deliberações não**
59 **presenciais – Notas Públicas e Moções; 4) Encaminhamentos finais e encerramento.**
60 **Abertura.** O Sr. Igo Martini iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e consignado
61 que encontrava-se à mesa a Secretária Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da

62 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sra. Nadine Borges, e a
63 Representante da Comissão Especial de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do
64 Brasil/OAB, Sra. Maria Berenice Dias. Solicitou breve apresentação dos presentes e passou
65 de imediato a palavra à Secretária Nadine Borges, que justificou a divisão da Secretaria
66 Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, sendo ela a titular da Pasta da
67 Promoção dos Direitos Humanos, e a Secretária Maria Ivonete Tamboril era responsável pela
68 Pasta da Defesa dos Direitos Humanos, a fim de potencializar as duas áreas. Por fim,
69 parabenizou antecipadamente a Comissão Especial de Diversidade Sexual da OAB pela
70 iniciativa do Anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual e, com isso, passou a palavra à
71 Doutora Maria Berenice Dias, que fez breve relato da constituição da Comissão Especial a
72 qual representava e presidia, com o compromisso assumido de elaborar o Estatuto. Outrossim,
73 foi elaborada paralelamente proposta de emenda constitucional, a qual já havia sido entregue
74 à Senadora Marta Suplicy. Destacou que era intenção encaminhar o Anteprojeto do Estatuto
75 antes do final do ano corrente e, caso a OAB não o encaminhasse ao Congresso, o Presidente
76 da ABGLT e Conselheiro deste, o Sr. Toni Reis se comprometeu a apresentá-lo, considerando
77 que a ABGLT tinha a legitimidade para tanto. Apontou que necessitava da assinatura de 27
78 senadores para vingar a proposta de emenda constitucional e que a mesma inseria no texto da
79 constitucional a proibição de qualquer tipo de discriminação de orientação sexual e identidade
80 de gênero; além de alterar o dispositivo que previa a união estável apenas entre homens e
81 mulheres; e o dispositivo que trata da licença paternidade e maternidade, prevendo como novo
82 a licença natalidade, preconizando 180 dias, a serem usufruídos pelos pais, o que solucionava
83 também o problema das adoções e das filiações monoparentais. Indicou que demandavam a
84 criação de comissões estaduais de diversidade sexual três estados, o Amazonas, o Acre e o
85 Amapá. Apontou, por fim, a necessidade de mobilização para um amplo debate do Estatuto. O
86 Conselheiro Carlos Alberto Monteiro Alves parabenizou a iniciativa e solicitou atitude mais
87 afirmativa da Secretaria de Direitos Humanos. Assim como o Conselheiro Leandro Colling,
88 que também colocou os pesquisadores ligados à ABEH à disposição da OAB no que se
89 fizesse necessário para o aprimoramento do Estatuto. Igualmente, o Conselheiro Marcos de
90 Abreu Freire colocou à disposição a CUT e a mesma encontrava-se na frente pela aprovação
91 do Estatuto. Por fim, o Secretário Igo Martini agradeceu a presença e exposição da Doutora
92 Maria Berenice Dias e colocou o CNCD à disposição da mesma. **Aprovação da Pauta da 1ª**
93 **Reunião Extraordinária.** O Conselheiro Julian Vicente Rodrigues solicitou que: a pauta do
94 primeiro dia de reunião fosse remetido ao segundo dia, considerando que os conselheiros
95 receberam tardiamente o texto base da 2ª Conferência Nacional LGBT; fosse incluído ponto
96 de pauta para informes sobre a campanha de mídia, o Plano Plurianual/PPA e a Lei de
97 Diretrizes Orçamentárias/LDO. O Conselheiro Vinícius Alves da Silva solicitou a inclusão de

98 informe sobre a Campanha do Selo “Faça do Brasil um Território Livre da Homofobia”. O
99 Conselheiro Francisco Antônio de Souza Brito apoiou também a inversão de pauta proposta.
100 Ao passo que o Secretário Igo Martini solicitou que fossem consultadas a Ouvidoria de
101 Direitos Humanos e a Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos, a fim de
102 adiantarem suas apresentação, para, então, realizar a inversão da pauta. Assumindo a
103 coordenação dos trabalhos, o Presidente Ramaís de Castro Silveira propôs que unificassem
104 em um três itens de pauta, os quais seriam: **3.2) Edital de Chamada Pública nº 01/2011; 3.4)**
105 **Apresentação da Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos da SDH/PR – Texto**
106 **Preliminar de Orientação e Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos; 3.5)**
107 **Deliberações não presenciais – Notas Públicas e Moções.** Ao passo que o Conselheiro Julian
108 Vicente Rodrigues concordou com o proposto, porém, sugeriu apresentação e discussão
109 individual de cada ponto. Acatada a proposta, passaram ao primeiro ponto. **Edital de**
110 **Chamada Pública nº 01/2011.** O Conselheiro criticou a relativa escassez de recursos para
111 políticas de Direitos Humanos e, especificamente, para as políticas LGBT; o SICONV, que
112 inviabilizou a disputa pelo fundo público. Afirmou que: não houve uma linha específica para
113 a política de combate a homofobia e promoção dos direitos LGBT; só houve dois projetos
114 aprovados, sendo que um projeto era um evento e somente mais um projeto de ONG de base
115 aprovado. Por fim, propôs novo edital ainda no ano corrente especificamente para políticas de
116 combate à homofobia e, de preferência, que fosse feita com uma subdivisão para entidades do
117 poder público e outra para o movimento social. O Conselheiro Leandro Colling reforçou o
118 exposto pelo Conselheiro que o antecedeu e detalhou a burocracia excessiva do SICONV.
119 Sugeriu que o edital não fosse específico à Educação em Direitos Humanos. Afirmou não foi
120 divulgado o parecer sobre o projeto da ABEH. Concluiu que o movimento LGBT não era
121 prioridade. Com isto, o Presidente esclareceu que o edital lançado pela SDH teve uma grande
122 diferença dos anos anteriores e esse edital único lançado para todas as áreas, com anexos
123 específicos permitiu ter uma homogeneidade no que dizia respeito às regras estabelecidas para
124 todas as áreas e o mesmo atendia a 100% das normas de controle do Tribunal de Contas da
125 União/TCU, da Controladoria Geral da União/CGU e mais especificamente da Ciset,
126 instância de controle da Presidência da República, ou seja, era um edital que dificultava a
127 participação, mas não intencionalmente, mas porque exigia um conjunto muito amplo de
128 habilitações por parte das entidades. Um segundo aspecto é que era um edital de convênio e,
129 portanto, além das normas próprias deste, ele ainda deveria atender pela norma do Governo
130 Federal à sistemática do SICONV, sistema que o Governo Federal utilizava para a execução e
131 prestação de contas dos convênios firmados com a União, o que garantia a transparência à
132 alocação dos recursos públicos. Ademais, uma sistemática já adotada pelo Ministério da
133 Saúde, que procurava capacitar universalmente a sociedade civil para participar das

134 concorrências, a fim de que o critério de escolha de projetos não seja um critério que levasse
135 em consideração a capacidade apenas de elaborar e de colocar no sistema um determinado
136 projeto, mas propriamente o mérito do projeto e a capacidade do mesmo de mudar a realidade
137 social a que se propõe, em detrimento de qualquer tipo de flexibilização. Afirmou que existia
138 diálogo com a Secretaria Geral da Presidência da República em vista da possibilidade de
139 constituição de fundo que financiasse a existência de entidades e de movimentos sociais.
140 Esclareceu que não foi possível ações específicas para o público LGBT devido ao já
141 determinado orçamento da SDH e diante de que o as ações do PPA estavam catalogadas
142 diferente e a ação que permitia de alguma maneira a concorrência do público LGBT era a
143 ação Produção e Disseminação de Conhecimentos em Direitos Humanos. Afirmou ainda que
144 não havia recursos para um novo edital proposto. Entretanto, era previsão lançar o Edital de
145 2012 ainda em dezembro de 2011. Respondendo ao Conselheiro Leandro Colling, afirmou
146 que mesmo selecionado o projeto o mesmo não poderia ser firmado, considerando que o TCU
147 editou Acórdão orientando a todos os órgãos governamentais que não firmassem parcerias
148 com entidades que compusessem qualquer de seus colegiados. Todavia, a SDH preparava
149 orientação ao TCU a fim de conseguir um posicionamento diferente. Findados os
150 esclarecimentos, o Conselheiro Julian Vicente Rodrigues questionou como ficou o formato
151 final do Plano Plurianual 2012-2015 e se foi incluído Programa Temático de Cidadania
152 LGBT. Ao passo que o Presidente esclareceu que no redesenho do PPA a SDH, dentro da sua
153 unidade orçamentária, foi que a ficou com mais programas dentro do Governo Federal, sendo
154 três, os quais foram Programa de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes,
155 Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência e Promoção e Defesa dos Direitos
156 Humanos e, dentro destes, se desdobravam as ações orçamentárias, nas quais estava inserida a
157 ação Produção e Disseminação de Conhecimento para a Promoção e Defesa dos Direitos
158 LGBT. Com isto, o Conselheiro Julian Vicente Rodrigues solicitou o levantamento das ações
159 voltadas ao público LGBT dentro dos Ministérios para que pudessem incidir na elaboração da
160 Lei Orçamentária Anual/LOA. Apontou que não existia o Comitê de Monitoramento do Plano
161 LGBT, contanto, sugeriu a estabelecimento do referido Comitê. Ao passo que o Presidente
162 afirmou que era objetivo da SDH a elaboração de uma matriz única em Direitos Humanos de
163 todos os programas e planos temáticos elaborados, para o monitoramento efetivo do chamado
164 plano bianual, que quando houvesse a devolutiva seja nesse Conselho ou em qualquer outro
165 colegiado ou fórum da SDH pudessem fazê-la por temática. Após, o Conselheiro Vinícius
166 Alves da Silva e o Conselheiro Julian Vicente Rodrigues solicitaram maiores informações
167 acerca da Campanha Faça do Brasil um Território Livre da Homofobia. Neste passo, o Sr.
168 Gustavo Bernardes destacou que foram produzidos 40 mil adesivos de peito, cerca de cinco
169 mil adesivos de chão e cinco mil cartazes, material este distribuído nos locais de lançamento,

170 no Estado do Piauí, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, com início em 19 de fevereiro de
171 2011, em São Paulo. E como reflexo da Campanha, os estados estão replicando campanha
172 própria. Informou ainda que foi entregue material às coordenações LGBT, às ONGs que
173 solicitaram. Garantiu, por fim, que a campanha de rádio e TV seria lançada anteriormente à 2ª
174 Conferência Nacional. O Conselheiro Vinícius Alves da Silva solicitou a agenda dos
175 próximos lançamentos para melhor articularem nos estados. Afirmou que 40 mil adesivos
176 eram insuficientes. O Conselheiro Julian Vicente Rodrigues sugeriu uma nova campanha,
177 com agência, com planejamento de mídia, com plano de marketing e que o Conselho
178 acompanhasse a elaboração da campanha. Afirmou que concomitantemente à sua fala o
179 Diretor de Departamento de Comunicação da Secretaria de Direitos Humanos tratava da
180 Campanha junto à Secretaria de Comunicação da Presidência da República. O Sr. Gustavo
181 Bernardes complementou informando que a campanha seria disponibilizada no site da SDH.
182 A Conselheira Anahi Guedes de Mello questionou se as campanhas de rádio e TV
183 contemplariam a legenda em tempo real, a áudio-descrição e o intérprete de libras. Ao passo
184 que a Secretária Nadine Borges afirmou que a SDH não poderia ousar em fazer uma
185 campanha sem levar em consideração a plena acessibilidade. O Conselheiro Carlos Alberto
186 Monteiro Alves sugeriu uma reunião com o Governo do Estado de São Paulo, diante das
187 repetidas denúncias de violências homofóbicas. O Conselheiro Marco Antônio Soares sugeriu
188 uma manifestação do Conselho e a partir daí uma atitude da Ministra Maria do Rosário
189 Nunes. Sugeriu também manifestação do Conselho sobre o financiamento público de
190 campanha política de candidatos homofóbicos. O Presidente afirmou que não era necessária
191 uma manifestação deste Conselho ao Estado de São Paulo, visto que a Coordenação-Geral de
192 Promoção dos Direitos de LGBT poderia fazê-lo. **Informes da Mesa Diretora, das**
193 **Conselheiras e dos Conselheiros.** O Conselheiro Celso Francisco Tondin informou que a
194 última edição do Jornal Trimestral do Conselho Federal de Psicologia teve em sua capa a
195 faixa “Conselho Federal de Psicologia apoia o projeto Escola sem Homofobia”. O
196 Conselheiro Leandro Colling informou que: no domingo seguinte ocorreria, em Salvador/BA,
197 o 2º Seminário Enlaçando Sexualidades, promovido pelo grupo Diadorim, da Universidade do
198 Estado da Bahia, com o apoio da ABEH; a ABEH lançaria o livro Stonewall 40, que reunia
199 textos de pesquisadores e ativistas do Brasil inteiro que discutiam as políticas públicas
200 identitárias LGBT; a ABEH e ABGLT lançaram em julho nota oficial cobrando do Governo
201 do Estado da Bahia investigações da morte do ativista LGBT Isac de Souza Matos. A
202 Conselheira Janaína Barbosa de Oliveira informou que: foi instalada, no Estado do Pará,
203 Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar do tráfico humano; que o Estado do Pará
204 marcou a data da Conferência Estadual LGBT; o Sr. Igo Martini informou também que: o
205 Estado do Pará aprovou a lei estadual que criava medidas punitivas aos praticantes de

206 homofobia no estado, no dia trinta e um de agosto do corrente; que era pauta desta reunião a
207 apresentação sobre o Disque Direitos Humanos e a apresentação do Ouvidor Nacional de
208 Direitos Humanos, porém, a mesma seria remetida à próxima reunião do Conselho. A
209 Conselheira Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos parabenizou às lésbicas pelo dia da
210 visibilidade lésbica, vinte e nove de agosto, e solicitou que esta reunião fosse dedicada às
211 lésbicas. Ao ponto que o Secretário-Executivo, Sr. Igo Martini, referendou a solicitação.
212 Informou que: representou a SDH na Conferência Municipal de Curitiba, Paraná, onde foi
213 deliberado o indicativo para a constituição do Conselho LGBT Municipal; o Prefeito de São
214 Paulo, Gilberto Kassab vetou, no dia 31 de agosto, o projeto de iniciativa do legislativo local
215 que criava o dia do orgulho hetero. O Conselheiro Marcos de Abreu Freire informou que tanto
216 ele, quanto o Conselheiro Julian Vicente Rodrigues, tiveram a sua inscrição rejeitada para
217 participar da Comissão Organizadora da Conferência do Estado de São Paulo. A Sra.
218 Elisabeth Saar de Freitas informou que no dia 29 de agosto do corrente foi feito ato
219 denominado diálogo da visibilidade lésbica, iniciativa do Ministério da Saúde, da SPM e do
220 Ministério da Justiça. O Sr. Gustavo Bernardes informou que: representou a Secretaria de
221 Direitos Humanos na Conferência Municipal de Guarulhos, em São Paulo, e na Conferência
222 Municipal de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O Sr. Laudemar Aguiar, Secretário
223 Nacional do Comitê Nacional da Organização da Conferência Rio+20, informou que a
224 Conferência Rio+20 dar-se-ia entre os dias vinte e oito de maio e seis de junho de dois mil e
225 doze, conferência esta da Organização das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável,
226 com três pilares, a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e o
227 desenvolvimento social. O Conselheiro Fábio Meirelles Thardman de Castro informou que a
228 UNESCO realizaria evento no Rio de Janeiro, de seis a nove de dezembro, sobre a homofobia
229 nas escolas, envolvendo 60 países. O Presidente Ramaís de Castro Silveira informou que:
230 conversava com a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, que trabalhava
231 conjuntamente em projeto dos Centros de Referências, os quais seriam também centros de
232 referência de promoção e defesa dos direitos de LGBT; denúncia da entidade Ação Brotar pela
233 Cidadania Diversidade Sexual/ABCDS do assassinato do jovem Gilvam Firmino Ferreira,
234 conhecido como Willian, em Alfenas, Minas Gerais e também da juíza Patrícia Acioli, que era
235 a magistrada que acompanhava o caso do jovem Alexandre Ivo, também brutalmente
236 assassinado; o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab vetou projeto da Câmara de Vereadores
237 da Cidade de São Paulo que instituía o dia do orgulho hetero. Com isto, leu veto do Prefeito e
238 sugeriu manifesto de congratulação deste Conselho. Todavia, solicitou que os conselheiros
239 ficassem atentos a possível derrubada do veto. Ao passo que o Conselheiro Celso Francisco
240 Tondin ampliou a proposta, sugerindo que a manifestação fosse enviada também aos
241 vereadores e que fossem incorporados a todas as manifestações do Conselho o projeto e o

242 veto do Prefeito, visto que era uma ação paradigmática. Com isto, o Presidente acordou com o
243 proposto e afirmou que o veto seria repassado posteriormente aos conselheiros. Neste passo, o
244 Conselheiro Carlos Alberto Monteiro Alves solicitou manifestação deste Conselho ao Prefeito
245 de Arraial do Cabo, no sentido de vetar projeto à semelhança do referido acima, que foi
246 aprovado na respectiva Câmara Municipal. Informou ainda que: foi realizada na cidade de
247 Maricá/RJ a primeira união estável entre lésbicas do município; foi celebrada união estável do
248 Sr. Cláudio Nascimento, gestor público do Estado do Rio de Janeiro e militante histórico do
249 movimento LGBT; a CMP trabalhava com as questões de saúde e, com isso, solicitou a
250 constituição de uma Comissão de Saúde do CNCD. O Conselheiro Zezinho Prado informou
251 que no dia 16 de setembro do ano corrente haveria uma reunião do Comitê Nacional de
252 Educação em Direitos Humanos e dentre as reuniões deste comitê foi aprovado e enviado ao
253 Conselho Nacional de Educação a versão final do texto de diretrizes para a educação em
254 direitos humanos e a partir disso, seriam realizadas de três a quatro audiências públicas em
255 diferentes regiões do Brasil, para dar ciência dessas diretrizes para uma possível votação no
256 Conselho Nacional Educação em novembro. **Mobilização e Participação das Conselheiras e**
257 **dos Conselheiros nos Processos de Organização das Etapas Livres, Municipais,**
258 **Regionais e Estaduais.** Diante do relato do Conselheiro Marcos de Abreu Freire, que foi
259 impedido de participar das reuniões da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de
260 São Paulo, o Conselheiro Vinícius Alves da Silva sugeriu uma resolução deste Conselho
261 orientado às comissões organizadoras que as reuniões fossem abertas a todos. Todavia, a
262 Conselheira Kátia Maria Barreto Souto que a orientação fosse incorporada no guia orientador
263 das conferências. Proposta esta acatada sem contrariedade. Após, foi apresentada as datas das
264 conferências municipais, regionais e estaduais. Entretanto, o Conselheiro Ivanildo Tarja
265 Franzosi sugeriu que o calendário fosse remetido aos conselheiros e que os mesmos pudessem
266 indicar em quais conferências poderiam participar. A Secretária Nadine Borges informou que
267 esteve em reunião com a Ministra e a mesma afirmou que poderia participar de duas ou três
268 aberturas de Conferências e solicitou que o Conselho indicasse quais seriam as mais
269 estratégicas. Ao passo que o Conselheiro Vinícius Alves da Silva propôs que a Ministra
270 estivesse presente em três Conferências por região e apontou prioritárias as Regiões Norte,
271 Nordeste e Centro-Oeste. O Conselheiro Carlos Alberto Monteiro Alves indicou que
272 haveriam iniciativas de várias conferências livres no Brasil inteiro e questionou se existia
273 alguma forma de participação da SDH. Ao passo que a Secretária Nadine Borges apontou que
274 já havia recebido convite para tanto. O Conselheiro Zezinho Prado defendeu que a Ministra
275 fizesse presente na Conferência do Estado de São Paulo. Na mesma linha, o Conselheiro
276 Celso Francisco Tondin sugeriu o Estado do Rio Grande do Sul e ponderou fundamental o
277 Estado de São Paulo, além do Estado do Rio de Janeiro, apesar de considerar que a Ministra

278 deveria comparecer a uma conferência por região. Diante das colocações, o Conselheiro
279 Carlos Alberto Monteiro Alves indicou imperioso que a Ministra comparecer a Conferências
280 no Nordeste e defendeu o Estado do Rio de Janeiro. Por fim, a Secretária Nadine Borges
281 afirmou que a Ministra gravaria vídeo com uma mensagem de abertura para todas ser
282 visualizada em todas as conferências que não pudesse se fazer presente. Continuando a pauta
283 da mobilização, a Conselheira Kátia Maria Barreto Souto sugeriu que o conselheiro
284 governamental indicado a participar das conferências fossem solicitados a participarem como
285 palestrantes, o que facilitaria o custeio do deslocamento. Sugeriu, por fim, que o Conselho
286 deveria estimular as comissões organizadoras a encaminharem convite ao CNCD para que os
287 conselheiros participassem de mesa de debates nas programações. Neste sentido, o
288 Conselheiro Francisco Antônio de Souza Brito solicitou que os respectivos ministérios fossem
289 oficiados, a fim de garantir a participação dos conselheiros governamentais. Neste passo, a
290 Secretária Nadine Borges sugeriu que os conselheiros que participariam de mesas de debates
291 socializassem suas falas, a fim de subsidiar a todos. Finalizando o ponto, o Sr. Igo Martini
292 destacou ainda que haviam sete estados que não convocaram as conferências. Contudo, havia
293 uma mobilização da SDH para impulsionar a convocação o mais breve possível. **Texto Base.**
294 O Sr. Gustavo Bernardes apresentou a todos as linhas gerais do texto base, indicando que no
295 bloco um haveria a análise de conjuntura nacional e internacional; no bloco dois, manteve os
296 relatos dos ministérios, suprimindo a apresentação dos mesmos; o bloco três traria as
297 diretrizes de combate à pobreza da população LGBT a partir das políticas governamentais já
298 existentes; em anexo seriam inseridos tabelas e mapas. O texto seria escrito de acordo com as
299 normas da ABNT. Com isto e as colaborações dos conselheiros, o Conselheiro deliberou por
300 fazer as alterações sugeridas e remeter aos conselheiros no dia 10 de setembro para demais
301 contribuições, com devolutiva no dia 12 do mesmo mês para enfim, remeter à comissão
302 editorial e gráfica. **Guia Orientador.** O Secretário Igo Martini introduziu o tema informando
303 que este Guia orientaria as comissões organizadoras e seria disponibilizado também aos
304 conselheiros e conselheiras em formato PDF e Word e, após as considerações dos
305 conselheiros, o mesmo seria disponibilizado no dia seguinte à reunião. Ao passo que o
306 Conselheiro Leandro Colling afirmou que alguns trechos do texto eram exagerados com o
307 discurso do Governo. Como exemplo, citou a apresentação, onde descrevia a mudança
308 cultural no governo logo após a realização da 1ª Conferência Nacional LGBT. Com isto,
309 sugeriu tornar o texto mais objetivo e sem tantos adjetivos. Já o Conselheiro Carlos Alberto
310 Monteiro Alves afirmou que o texto estava maravilhoso e sugeriu inserir o texto da Ministra,
311 uma análise de conjuntura e o próprio ser o texto base. Seguindo proposta da Conselheira
312 Kátia Maria Barreto Souto, foi elaborado novo texto, pela própria e pelo Conselheiro Vinícius
313 Alves da Silva, para o segundo parágrafo, garantindo a participação prioritariamente dos

314 movimentos de LGBT. Contudo, indicando que as reuniões deveriam ser abertas a
315 observadores. Com isto, o Sr. Igo Martini afirmou que acatadas as contribuições, o Guia seria
316 revisado ortograficamente pelo Departamento de Comunicação da SDH, com o objetivo de
317 distribuir o mais rápido possível para as comissões organizadoras estaduais, municipais, livres
318 e regionais. **Plano de Comunicação e Mídia.** O Sr. Bruno Monteiro, Diretor do
319 Departamento de Comunicação da SDH, informou que foi feita uma contextualização sobre a
320 conferência, que convocada pela Presidente Dilma Rousseff, por meio de Decreto no dia 18
321 de maio, cujo tema era “Um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo a
322 cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, sendo a mesma presidida pela
323 Ministra Maria do Rosário, as etapas municipais ocorreriam até o dia 18 de setembro, as
324 estaduais até o dia 15 de novembro e etapa nacional de 15 a 18 de novembro, em Brasília/DF.
325 Foram destacados também os objetivos, os compromissos. Seu público alvo seriam os entes
326 governamentais, bem como o Poder Executivo, Legislativo, Judiciário Federal e estadual,
327 distrital e municipal, movimentos de defesa dos direitos humanos, organizações da sociedade
328 civil, universidades, população LGBT, além de lideranças comunitárias e sociedade em geral.
329 Apresentou as estratégias de comunicação, que divididas em três etapas: o pré-evento, que
330 compreendia a definição do conceito da conferência, criação da logomarca e peças gráficas,
331 criação do hot site e da front page, o mapeamento de veículos temáticos, blogs, sites, redes
332 sociais e revistas temáticas, participação da SDH em programas de televisão, rádio,
333 publicação de notas e artigos em jornais, revistas e nas mídias sociais da mesma, confecção de
334 kits, com o release do evento, além de kits para os participantes do evento; durante o evento,
335 que compreenderia a recepção aos jornalistas, credenciamento da imprensa, entrega do kit,
336 entrevista coletiva logo após a abertura oficial, transmissão ao vivo das plenárias, cobertura
337 jornalística em tempo real através do site da SDH, do site da conferência e de todas as mídias
338 sociais, elaboração de boletim informativo, e divulgação das atividades, notícias e
339 conferências na mídia geral; pós-evento, que compreenderia a elaboração de artigo com
340 balanço geral do evento, suas deliberações e divulgação das fotos e imagens produzidas e
341 matérias veiculadas. Apresentou a Logomarca da Conferência, que abordava os elementos da
342 diversidade com as cores do arco íris, a exemplo do proposto no selo Faça do Brasil um
343 Território Livre da Homofobia. Após, mostrou cronograma das etapas e, posteriormente,
344 apresentou vídeo gravado pela Ministra Maria do Rosário Nunes fazendo o convite para a
345 Conferência e salientando o tema da mesma, o qual teria uma versão com Libras e áudio
346 descrição, e se encontrava disponível no site da SDH e no Youtube. Apresentou também a
347 proposta de hot site da Conferência, que previa a acessibilidade. Através da fala da
348 Conselheira Keila Simpson, a Vice-Presidente do Conselho, Conselheira Irina Bacci, solicitou
349 que fosse novamente pautada a apresentação deste plano e, para além, a apresentação do

350 plano de mídia da campanha de combate à violência homofóbica na próxima reunião
351 ordinária, considerando que o quórum seria maior e solicitou também o convite à Secretária
352 Nacional de Segurança Pública/SENASP a fim de encaminhar as proposições do CNCD com
353 relação à homofobia no Brasil. O Conselheiro Leandro Colling sugeriu: no mapeamento dos
354 veículos temáticos, mapear listas de discussão e redes LGBT; e-mail para que os conselheiros
355 pudessem colaborar com o plano. A Conselheira Priscila Cavalcante Grintzos sugeriu a
356 divulgação do evento em todos os que representem a população como um todo. O
357 Conselheiro Celso Francisco Tondin solicitou mais celeridade na elaboração das peças
358 publicitárias. Ao passo que a Conselheira Chopelly Glaudystton Pereira dos Santos informou
359 que as mesmas seriam submetidas ao Conselho na próxima reunião ordinária. O Conselheiro
360 Carlos Alberto Monteiro Alves reafirmou o apoio à comunicação com as rádios comunitárias
361 e sugeriu também um intérprete de Libras na plenária da Conferência. A Conselheira Anahi
362 Guedes de Mello sugeriu um vídeo com legenda e libras e outro com áudio descrição,
363 unificando assim os dois segmentos de surdos existentes. O Conselheiro Leandro Colling
364 sugeriu uma veiculação em rede nacional de TV do vídeo da Ministra Maria do Rosário
365 Nunes anteriormente apresentado. Diante disto, o Sr. Bruno Monteiro esclareceu que a a
366 apresentação do plano de mídia da campanha de combate à violência homofóbica dependia
367 também da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Indicou o e-mail
368 do conselho e o Twitter da Secretaria de Direitos Humanos, @dhumanosbrasil, para maiores
369 contribuições. Esclareceu que as peças publicitárias seriam apresentadas no dia 22 do corrente
370 mês e que todo o material impresso da SDH seria impresso em braille. Informou, por fim, que
371 seria contratada uma consultoria específica para a Conferência. Dito isto, acatou as demais
372 propostas e agradeceu a participação. Após, a Secretária Nadine Borges apresentou esboço de
373 sumário do texto base, afirmando que após as adequações necessárias encaminharia ao e-mail
374 do Conselho. **Encerramento.** Sem tempo hábil para mais deliberações, o Secretário Igo
375 Martini encerrou a reunião.